

QGEP Participações S.A.

Informações Contábeis Trimestrais - ITR Individual e Consolidado Referentes ao Trimestre Findo em 30 de Junho de 2013 e Relatório Sobre a Revisão das Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Mensagem da Administração

O primeiro semestre de 2013 foi um período de realizações marcantes para a QGEP. No segundo trimestre do ano, continuamos a executar nossa estratégia de crescimento balanceado e sustentável em todas as nossas principais atividades: exploração, desenvolvimento e produção.

O grande destaque do segundo trimestre foi a nossa participação na 11ª Rodada de Licitações da ANP, na qual adquirimos oito blocos em águas profundas em cinco bacias no Brasil. Expandimos substancialmente nosso portfólio, elevando para 14 o número de concessões, e também diversificamos nossas parcerias, através de associações com grandes companhias petrolíferas internacionais e regionais. Em conformidade com a nossa estratégia, a QGEP se tornou operadora em cinco destes oito blocos, onde detém participações que variam de 20% a 50%.

Tivemos sucesso em alcançar a produção média diária de 5,0 MMm³ de gás natural no Campo de Manati, mesmo com a interrupção da produção devido à manutenção programada durante o 2T13. A parada total de 20 dias foi realizada de acordo com o cronograma previsto, ao longo do mês de abril, e, depois de contabilizar a diminuição da receita bem como aumento dos custos de manutenção, a QGEP reportou ainda um trimestre rentável e fluxo de caixa operacional positivo de R\$62,1 milhões.

Para o ano, continuamos a manter a estimativa de produção diária de gás natural para o Campo de Manati entre 5,5 e 6,0 MMm³. Para 2014, estimamos que a produção do Campo de Manati fique entre 5,0 e 5,5 MMm³ por dia, devido à necessidade de construção de uma estação de compressão, a qual será responsável por complementar a energia do reservatório de forma a garantir a entrega de gás natural na estação de tratamento. A capacidade de produção retornará a 6,0 MM m³ diários a partir de 2015.

Junto aos resultados divulgados hoje, incluímos os destaques do relatório de certificação de reservas realizado pelos consultores independentes do setor, Gaffney, Cline & Associates, indicando que os níveis de reservas permaneceram em linha com aqueles antes observados, considerando a produção de 2012.

Nas nossas atividades de desenvolvimento, o Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta encontra-se dentro do cronograma com o início da perfuração previsto para o final do terceiro trimestre de 2013. No momento, estamos preparando as especificações finais para dar início ao processo de licitação de um FPSO ainda neste trimestre.

Mantendo o cronograma já divulgado, no quarto trimestre deste ano será iniciada a perfuração de um poço de extensão na nossa importante descoberta de Carcará, no pré-sal do Bloco BM-S-8, no qual realizaremos um teste de formação para a obtenção de informações acerca da produtividade dos reservatórios. O Plano de Avaliação vigente, aprovado pela ANP, também inclui um poço firme no prospecto Guanxuma, além de um terceiro poço que dependerá dos resultados dos estudos que estão sendo realizados no Bloco. O primeiro óleo em Carcará é esperado para 2018.

No último dia 6 de julho, retomamos a perfuração do prospecto Alto de Canaveiras no Bloco BM-J-2 com a sonda *jack-up* P-VI. Este poço tem uma profundidade final prevista de 4.700 metros e está localizado na bacia emergente de Jequitinhonha. Esperamos concluir o poço até o final do terceiro trimestre de 2013.

Como será visto mais adiante neste relatório, durante a atualização mais detalhada dos nossos ativos, a QGEP tem um cronograma intenso de desenvolvimento e exploração nos próximos 18 meses. Nosso fluxo de caixa operacional robusto decorrente da produção de gás do Campo de Manati e nossa posição financeira confortável, sem dívida no balanço, representam importantes fontes de financiamento para nossas operações de curto e médio prazos. Esperamos também que o desenvolvimento do Campo de Atlanta e nossa descoberta de Carcará, venham a contribuir no médio e longo prazos para a geração de receita, de fluxo de caixa operacional e de lucro.

Continuamos a avaliar oportunidades para expandir o nosso portfólio, focando na diversificação do perfil de risco financeiro e geológico. Ao adotar uma postura criteriosa e eficiente na implementação da estratégia de gestão operacional e financeira, a QGEP está bem posicionada para se beneficiar do crescimento esperado no setor brasileiro de E&P. Agradecemos o suporte dos nossos acionistas e *stakeholders*, e os manteremos informados sobre nossos progressos.

Desempenho Financeiro

As demonstrações financeiras abaixo representam as informações financeiras consolidadas da Companhia para o 2T13, 2T12, 6M13 e 6M12. Alguns percentuais e outros valores incluídos neste relatório foram arredondados para facilitar a apresentação e, por essa razão, podem apresentar pequenas diferenças em relação às tabelas e notas das informações trimestrais. Adicionalmente, pela mesma razão, os valores totais apresentados em determinadas tabelas podem não refletir a soma aritmética dos valores precedentes.

Informações Financeiras Consolidadas (R\$ milhões)

	2T13	2T12	Δ%	6M13	6M12	Δ%
Lucro líquido	30,1	(96,1)	131,4%	95,9	(26,8)	N/A
Amortização e depreciação	18,7	21,7	-14,0%	42,3	39,0	8,2%
Despesa (Receita) financeira líquida	(9,7)	(7,8)	-24,5%	(28,0)	(47,0)	40,4%
Imposto de renda e contribuição social	1,5	4,1	-62,5%	7,1	18,0	-60,7%
EBITDA⁽¹⁾	40,7	(78,0)	152,2%	117,2	(16,8)	N/A
Baixa de poços secos ou sub comerciais ⁽²⁾	1,0	157,3	99,4%	2,4	157,3	-98,5%
EBITDAX⁽³⁾	41,7	79,3	-47,4%	119,6	140,5	-14,9%
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	40,6%	-63,3%	164,1%	50,5%	-7,6%	N/A
Margem EBITDAX ⁽⁵⁾	41,6%	64,4%	-35,4%	51,5%	64,1%	-19,7%
Dívida Líquida ⁽⁶⁾	(1.054,0)	(895,5)	-17,7%	(1.054,0)	(895,5)	-17,7%
Dívida Líquida/EBITDAX	(4,0)	(4,8)	17,0%	(4,0)	(4,8)	17,0%

(1) O cálculo do EBITDA considera o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro e das despesas com amortização. O EBITDA não é uma medida financeira segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS. Tampouco deve ser considerado, isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da utilizada na QGEP. Além disso, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia em razão de não considerar determinados custos inerentes ao negócio que poderiam afetar, de maneira significativa, os resultados líquidos, tais como despesas financeiras, tributos e amortização. A QGEP utiliza o EBITDA como medida adicional de seu desempenho operacional.

(2) Baixas de custos de poços secos ou com volumes não comerciais.

(3) EBITDAX= EBITDA + baixa de poços secos ou sub comerciais.

(4) EBITDA dividido pela receita líquida.

(5) EBITDAX dividido pela receita líquida.

(6) A dívida líquida corresponde à dívida total, incluindo empréstimos e financiamentos correntes e de longo prazo, e instrumentos financeiros derivativos, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A dívida líquida não é reconhecida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) ou o US GAAP, ou ainda quaisquer outros princípios de contabilidade geralmente aceitos. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da utilizada na QGEP.

Resultado Operacional

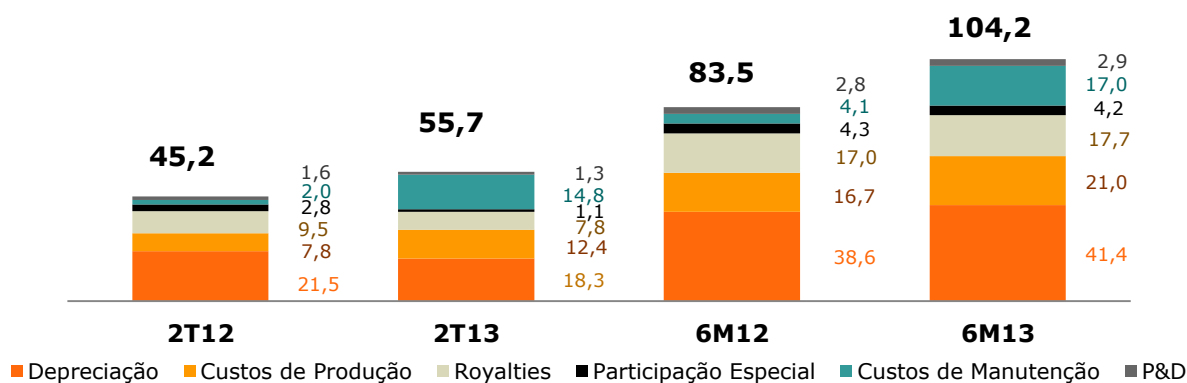
Demonstração do Resultado do Exercício (R\$ milhões)

	2T13	2T12	Δ%	6M13	6M12	Δ%
Receita Líquida	100,2	123,2	-18,6%	232,1	219,1	5,9%
Custos operacionais	(55,7)	(45,2)	-23,3%	(104,2)	(83,5)	-24,8%
Lucro Bruto	44,5	78,0	-43,0%	127,9	135,7	-5,7%
Receitas (Despesas) operacionais						
Despesas Gerais e Administrativas	(15,4)	(20,4)	24,2%	(32,2)	(31,0)	-3,6%
Equivalência Patrimonial	(0,0)	-	N/A	(0,2)	-	N/A
Gastos Exploratórios	(7,0)	(157,4)	95,5%	(20,5)	(160,4)	87,2%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	22,0	(99,8)	122,1%	74,9	(55,8)	234,3%
Resultado financeiro, líquido	9,7	7,8	24,5%	28,0	47,0	-40,4%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	31,7	(92,0)	134,4%	103,0	(8,8)	N/A
Imposto de renda e contribuição Social	(1,5)	(4,1)	62,5%	(7,1)	(18,0)	60,7%
Resultado líquido do período	30,1	(96,1)	131,4%	95,9	(26,8)	N/A

A receita líquida do 2T13 atingiu R\$100,2 milhões, o que representa redução de 18,6% em relação ao 2T12 e de 24,0% em relação ao 1T13. O desempenho é resultado do menor volume de produção de gás devido à manutenção programada realizada em abril, que causou interrupção de 20 dias na produção do Campo de Manati. No 6M13, a receita líquida atingiu R\$232,1 milhões, um acréscimo de 5,9% comparado com o 6M12, devido ao reajuste no preço do gás natural, já que os níveis de produção foram similares (5,8 MMm³ no 6M13 ante 5,9 MMm³ no 6M12).

Devido à manutenção programada, a QGEF reconheceu custos extraordinários no trimestre, levando a um aumento nos custos operacionais de 23,3% em comparação com o 2T12 e de 14,9% em relação ao 1T13. A composição dos custos operacionais do trimestre foi: R\$12,4 milhões de custos de produção, R\$18,3 milhões de depreciação e amortização, R\$7,8 milhões de *royalties*, R\$1,1 milhão de participação especial, R\$1,3 milhão de pesquisa e desenvolvimento e R\$14,8 milhões de custos de manutenção.

Custos operacionais (R\$ milhões)



Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas no 2T13 alcançaram R\$15,4 milhões, o que representa queda de 24,2% em comparação ao 2T12 e de 7,6% em relação ao 1T13. No 2T12, tais despesas foram influenciadas por custos extraordinários relacionados, principalmente, ao programa de participação nos resultados e alteração na administração da Companhia.

Considerando os seis primeiros meses do ano, as despesas gerais e administrativas somaram R\$32,1 milhões, montante similar aos R\$31,0 milhões registrados no 6M12. Algumas despesas não recorrentes registradas no 2T12 foram compensadas pelo número maior de funcionários neste ano. A Companhia hoje conta com 98 funcionários.

Gastos exploratórios

No 2T13, os gastos exploratórios totais somaram R\$7,0 milhões, o que indica redução de 95,5% em relação ao 2T12. O forte recuo resulta, principalmente, do fato da base de comparação incluir despesas relativas à exploração sem sucesso do poço Ilha do Macuco no Bloco BM-S-12 (R\$120,1 milhões) e a devolução de Jequitibá a ANP (R\$37,2 milhões), incorridas no 2T12.

Os gastos exploratórios tiveram redução de 48,1% em relação ao 1T13, devido a menores custos relacionados à aquisição de dados sísmicos. Estes dados adquiridos no 6M13 foram utilizados para análise da Concessão BM-C-27, bem como para a participação da QGEP na 11ª Rodada de Licitação da ANP.

Resultado Financeiro Líquido

No 2T13, a QGEP obteve resultado financeiro líquido de R\$9,7 milhões, o que indica alta de 24,5% em comparação ao registrado no 2T12, devido a ajustes positivos em posições de hedge e à ausência de juros sobre financiamento, já que a Companhia quitou sua dívida em 2012. A receita financeira líquida apresentou redução de 47,3% em relação ao 1T13, impactada pelo efeito negativo não-caixa da variação cambial sobre a provisão de abandono do Campo de Manati, de R\$11,3 milhões.

Considerando o período acumulado dos seis primeiros meses de 2013, a receita financeira líquida foi de R\$28,0 milhões, comparado com R\$47,0 milhões no 6M12. O desempenho reflete a queda nas taxas de juros no Brasil, bem como o impacto da volatilidade cambial sobre o passivo.

Lucro Líquido

O lucro líquido no 2T13 foi de R\$30,1 milhões, comparado com um prejuízo de R\$96,1 milhões no 2T12, quando a Companhia contabilizou R\$157,4 milhões de gastos exploratórios. Em relação ao 1T13, o lucro líquido apresentou redução de 54,1%, refletindo a queda da receita e o aumento dos custos associados à manutenção programada no Campo de Manati.

No 6M13, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$95,9 milhões comparado com prejuízo de R\$26,8 milhões no mesmo período do ano anterior.

Destaques do Balanço / Fluxo de Caixa

Balanço Patrimonial (R\$ milhões)

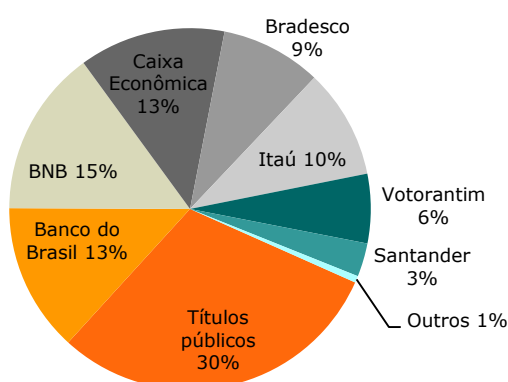
	2T13	1T13	Δ%
Ativo			
Circulante	1.185,8	1.180,9	0,4%
Caixa e equivalentes de caixa	575,0	674,1	-14,7%
Aplicações Financeiras	479,0	360,2	33,0%
Contas a receber	103,0	101,2	1,8%
Impostos e contribuições a recuperar	6,4	18,9	-66,4%
Outros	22,5	26,5	-15,0%
Não Circulante	1.383,1	1.326,9	4,2%
Caixa restrito	23,7	27,7	-14,5%
Impostos e contribuições a recuperar	0,5	0,4	20,7%
Investimentos	6,9	4,3	60,5%
Imobilizado	815,7	758,2	7,6%
Intangível	536,4	536,3	0,0%
Total do Ativo	2.568,9	2.507,7	2,4%
Passivo			
Circulante	151,5	96,7	56,7%
Fornecedores	86,9	36,2	139,8%
Impostos e contribuições a recolher	22,8	30,1	-24,1%
Remuneração e obrigações sociais	9,2	6,7	36,0%
Contas a pagar - partes relacionadas	0,1	0,3	-52,0%
Empréstimos e financiamentos	0,0	0,0	N/A
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	11,6	10,7	8,6%
Outras obrigações	20,9	12,7	64,9%
Não Circulante	109,0	114,8	-5,1%
Empréstimos e financiamentos	0,0	0,0	N/A
Provisão para abandono	109,0	114,8	-5,1%
Patrimônio líquido	2.308,5	2.296,3	0,5%
Capital social integralizado	2.078,1	2.078,1	0,0%
Outros resultados abrangentes	1,0	0,2	553,8%
Reserva de lucros	176,4	176,4	0,0%
Reserva de capital	(42,9)	(24,1)	-78,2%
Lucro líquido do período	95,9	65,7	45,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	2.568,9	2.507,7	2,4%

Caixa (Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras)

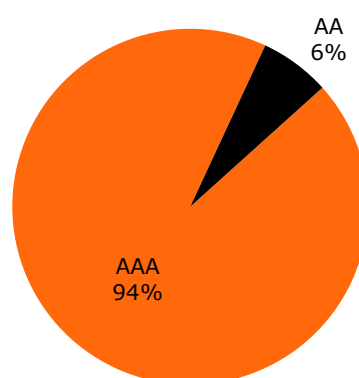
No encerramento do 2T13, a Companhia apresentou saldo líquido de caixa de R\$1,1 bilhão, dos quais US\$2,3 milhões estavam denominados em dólares.

O caixa da QGEP é investido em fundos exclusivos e ativos de renda fixa, na sua maior parte em reais. O rendimento médio acumulado do portfólio em 30 de junho de 2013 foi de 101,9% do CDI e aproximadamente 86% dos fundos apresentam liquidez diária. Os investimentos estão distribuídos conforme os gráficos abaixo:

Investimentos



Ratings*



*Não inclui títulos da dívida pública

Contas a Receber/Pagar

Em 30 de junho de 2013, a Companhia apresentou saldo de contas a receber de R\$103,0 milhões, em linha com o saldo de R\$101,2 milhões registrado no final do 1T13. O saldo de contas a pagar foi de R\$86,9 milhões ao final do 2T13, valor superior aos R\$36,2 milhões registrados no encerramento do 1T13, devido à contratação de fornecedores e equipamentos para o Campo de Atlanta e à retomada das atividades de perfuração no Bloco BM-J-2.

Endividamento

A Companhia encerrou o 2T13 sem endividamento. Como previamente divulgado, no segundo trimestre de 2012, a QGEP eliminou sua dívida, após quitar os empréstimos relacionados ao desenvolvimento do Campo de Manati contratados com o BNDES e BNB.

Fluxo de Caixa Operacional

No 2T13, a Companhia obteve fluxo de caixa operacional de R\$62,1 milhões, comparado com R\$65,0 milhões no 2T12. No primeiro semestre de 2013, o fluxo de caixa operacional foi de R\$160,8 milhões, em comparação aos R\$120,7 milhões no 6M12.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (R\$ milhões)						
	2T13	2T12	Δ%	6M13	6M12	Δ%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Resultado líquido do período	30,1	(96,1)	131,4%	95,9	(26,8)	N/A
Ajustes p/ reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais:						
Amortização e depreciação	18,7	21,7	-14,0%	42,3	39,0	8,2%
Equivalência Patrimonial	(0,0)	-	N/A	0,2	-	N/A
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	-	(2,4)	N/A	-	(2,5)	N/A
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	0,7	N/A	-	2,6	N/A
Baixa de imobilizado	-	118,1	N/A	-	118,1	N/A
Despesa com plano de opção de ação	2,7	2,6	6,4%	5,4	4,0	32,6%
Provisão p/ Imposto de Renda e contribuição social	(1,5)	6,5	-123,6%	(7,1)	20,5	-134,5%
Provisão para pesquisa e desenvolvimento	0,9	1,6	-40,8%	2,6	2,8	-7,6%
Instrumentos financeiros derivativos	(0,5)	-	N/A	(0,5)	-	N/A
Variação cambial sobre contas a pagar para aquisição de blocos exploratórios	-	-	N/A	-	(22,8)	N/A
Variação cambial sobre provisão para abandono	(5,8)	11,2	-151,9%	(7,5)	8,2	-192,1%
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	15,3	(33,8)	145,2%	16,5	(36,6)	145,1%
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	2,1	34,8	-93,8%	13,0	14,1	-7,8%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	62,1	64,9	-4,4%	160,8	120,7	33,2%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(148,7)	(0,4)	N/A	(444,6)	(232,6)	-91,1%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(13,5)	(82,2)	83,6%	(13,5)	(112,2)	88,0%
Total de variação cambial sobre caixa e equivalentes	1,0	-	N/A	1,0	-	N/A
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(99,1)	(17,6)	-462,9%	(296,3)	(224,2)	-32,2%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	674,1	815,4	-17,3%	871,3	1.021,9	-14,7%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	575,0	797,7	-27,9%	575,0	797,7	-27,9%
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(99,1)	(17,6)	N/A	(296,3)	(224,2)	-32,2%

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
QGEP Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da QGEP Participações S.A. (“Companhia”) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITRs, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três e seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das Informações Contábeis Intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITRs. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 1, até a presente data, a transferência do contrato de concessão de exploração de petróleo e gás natural da Companhia Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) referente aos blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146 (parte da concessão do BM-C-27) para a Companhia ainda depende da anuência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). Nosso relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITRs mencionadas no primeiro parágrafo acima não está ressalvado em função desse assunto.

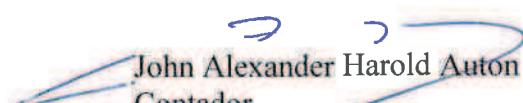
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITRs e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2013


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ


John Alexander Harold Auton
Contador
CRC RJ-078183/O-2

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	265.806.905
Preferenciais	0
Total	265.806.905
Em Tesouraria	
Ordinárias	5.520.856
Preferenciais	0
Total	5.520.856

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.316.732	2.227.976
1.01	Ativo Circulante	12.068	3.200
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.622	665
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.446	2.535
1.01.08.03	Outros	10.446	2.535
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	10.250	2.428
1.01.08.03.02	Imposto de renda sobre aplicação financeira	109	99
1.01.08.03.03	Outras despesas	87	8
1.02	Ativo Não Circulante	2.304.664	2.224.776
1.02.02	Investimentos	2.304.664	2.224.776
1.02.02.01	Participações Societárias	2.304.664	2.224.776
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.304.664	2.224.776

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.316.732	2.227.976
2.01	Passivo Circulante	8.223	179
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	38	41
2.01.01.01	Obrigações Sociais	38	41
2.01.02	Fornecedores	84	101
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	84	101
2.01.03	Obrigações Fiscais	43	37
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	43	37
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	43	37
2.01.05	Outras Obrigações	8.058	0
2.01.05.02	Outros	8.058	0
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	8.058	0
2.03	Patrimônio Líquido	2.308.509	2.227.797
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-42.895	-26.702
2.03.02.04	Opções Outorgadas	17.548	12.197
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-60.443	-38.899
2.03.04	Reservas de Lucros	176.383	176.383
2.03.04.01	Reserva Legal	10.510	10.510
2.03.04.10	Reserva para investimento	165.873	165.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	95.872	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	1.033	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	30.116	95.829	-96.086	-26.851
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-724	-1.675	-847	-1.781
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	30.840	97.504	-95.239	-25.070
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.116	95.829	-96.086	-26.851
3.06	Resultado Financeiro	31	43	31	41
3.06.01	Receitas Financeiras	31	40	31	94
3.06.02	Despesas Financeiras	0	3	0	-53
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.147	95.872	-96.055	-26.810
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.147	95.872	-96.055	-26.810
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	30.147	95.872	-96.055	-26.810
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11000	0,37000	-0,36000	-0,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,11000	0,37000	-0,36000	-0,10000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	30.147	95.872	-96.055	-26.810
4.02	Outros Resultados Abrangentes	875	1.033	0	0
4.02.01	Ajustes acumulados na conversão de empresas no exterior	875	1.033	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	31.022	96.905	-96.055	-26.810

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.732	1.216
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.632	-1.740
6.01.01.01	Lucro / Prejuízo líquido	95.872	-26.810
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-97.504	25.070
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-100	2.956
6.01.02.02	Outros ativos	-89	2.279
6.01.02.03	Fornecedores	-17	-16
6.01.02.04	Impostos a recolher	6	8
6.01.02.05	Partes relacionadas	0	677
6.01.02.06	Outros passivos	0	8
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	16.177	6.284
6.02.01	Adições ao investimento	16.177	-2.716
6.02.02	Dividendos Recebidos	0	9.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.488	-9.108
6.03.03	Pagamento de dividendos	0	-1
6.03.04	Ações em tesouraria	-13.488	-9.107
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	957	-1.608
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	665	2.705
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.622	1.097

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-21.544	0	0	0	-21.544
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-21.544	0	0	0	-21.544
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.872	1.033	96.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.872	0	95.872
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.033	1.033
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.033	1.033
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	5.351	0	0	0	5.351
5.06.01	Constituição de Reservas	0	5.351	0	0	0	5.351
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-42.895	176.383	95.872	1.033	2.308.509

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.107	0	0	0	-9.107
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-9.107	0	0	0	-9.107
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.810	0	-26.810
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.810	0	-26.810
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.034	0	0	0	4.034
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.034	0	0	0	4.034
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-1.342	93.916	-26.810	0	2.143.880

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-454	-818
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-454	-818
7.03	Valor Adicionado Bruto	-454	-818
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-454	-818
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	97.544	-24.976
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	97.504	-25.070
7.06.02	Receitas Financeiras	40	94
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	97.090	-25.794
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	97.090	-25.794
7.08.01	Pessoal	1.013	805
7.08.01.01	Remuneração Direta	979	805
7.08.01.02	Benefícios	34	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	197	155
7.08.02.01	Federais	197	155
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8	56
7.08.03.01	Juros	-3	53
7.08.03.03	Outras	11	3
7.08.03.03.01	Despesas bancárias	11	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	95.872	-26.810
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	95.872	-26.810

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	2.568.941	2.434.042
1.01	Ativo Circulante	1.185.792	1.100.063
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	574.990	871.322
1.01.02	Aplicações Financeiras	478.992	80.947
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	478.992	80.947
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	478.992	80.947
1.01.03	Contas a Receber	102.969	92.769
1.01.03.01	Clientes	102.969	92.769
1.01.04	Estoques	6.287	9.403
1.01.06	Tributos a Recuperar	6.350	35.698
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	6.350	35.698
1.01.06.01.01	Antecipação de IR e CSLL	0	5.168
1.01.06.01.02	IRRF sobre aplicação financeira	4.442	13.258
1.01.06.01.03	Imposto a recuperar	1.466	16.581
1.01.06.01.04	Outros	442	691
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	16.204	9.924
1.01.08.03	Outros	16.204	9.924
1.01.08.03.02	Outros	16.204	9.924
1.02	Ativo Não Circulante	1.383.149	1.333.979
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	24.188	24.661
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	23.669	24.231
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	23.669	24.231
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	519	430
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	519	430
1.02.02	Investimentos	6.864	0
1.02.02.01	Participações Societárias	6.864	0
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.864	0
1.02.03	Imobilizado	815.715	773.188
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	431.969	462.171
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	383.746	311.017
1.02.04	Intangível	536.382	536.130
1.02.04.01	Intangíveis	536.382	536.130
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	533.763	533.763
1.02.04.01.02	Outros	2.619	2.367

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	2.568.941	2.434.042
2.01	Passivo Circulante	151.479	89.783
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.160	11.712
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.655	1.159
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.505	10.553
2.01.02	Fornecedores	86.889	32.517
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	86.889	32.517
2.01.02.01.01	Fornecedores nacionais	86.889	32.517
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.839	23.795
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.650	13.616
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.523	838
2.01.03.01.02	PIS / COFINS	11.144	12.744
2.01.03.01.03	Outros	983	34
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	4.849	4.468
2.01.03.02.01	ICMS	4.849	4.468
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.340	5.711
2.01.03.03.01	Royalties	3.350	3.130
2.01.03.03.02	Participação especial	990	2.581
2.01.05	Outras Obrigações	20.988	12.739
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	121	85
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	121	85
2.01.05.02	Outros	20.867	12.654
2.01.06	Provisões	11.603	9.020
2.01.06.02	Outras Provisões	11.603	9.020
2.01.06.02.04	Provisões para pesquisa e desenvolvimento	11.603	9.020
2.02	Passivo Não Circulante	108.953	116.462
2.02.04	Provisões	108.953	116.462
2.02.04.02	Outras Provisões	108.953	116.462
2.02.04.02.04	Provisão para abandono	108.953	116.462
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.308.509	2.227.797
2.03.01	Capital Social Realizado	2.078.116	2.078.116
2.03.02	Reservas de Capital	-42.895	-26.702
2.03.02.04	Opções Outorgadas	17.548	12.197
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-60.443	-38.899
2.03.04	Reservas de Lucros	176.383	176.383
2.03.04.01	Reserva Legal	10.510	10.510
2.03.04.10	Reserva para investimento	165.873	165.873
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	95.872	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	1.033	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	100.203	232.102	123.160	219.147
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-55.715	-104.216	-45.173	-83.490
3.03	Resultado Bruto	44.488	127.886	77.987	135.657
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.486	-52.948	-177.741	-191.456
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.449	-32.173	-20.371	-31.049
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.017	-20.541	-157.370	-160.407
3.04.05.01	Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	-7.017	-20.541	-157.370	-160.407
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-20	-234	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.002	74.938	-99.754	-55.799
3.06	Resultado Financeiro	9.670	28.014	7.768	47.019
3.06.01	Receitas Financeiras	21.074	38.141	20.072	70.185
3.06.01.01	Receitas Financeiras	20.504	37.584	20.072	47.412
3.06.01.02	Variação Cambial ativa	570	557	0	22.773
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.404	-10.127	-12.304	-23.166
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-55	-510	-779	-3.214
3.06.02.02	Variação cambial passiva	-11.349	-9.617	-11.525	-19.952
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.672	102.952	-91.986	-8.780
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.525	-7.080	-4.069	-18.030
3.08.01	Corrente	-1.525	-7.080	-6.472	-20.518
3.08.02	Diferido	0	0	2.403	2.488
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.147	95.872	-96.055	-26.810
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	30.147	95.872	-96.055	-26.810
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	30.147	95.872	-96.055	-26.810
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11000	0,37000	-0,36000	-0,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,11000	0,37000	-0,36000	-0,10000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	30.147	95.872	-96.055	-26.810
4.02	Outros Resultados Abrangentes	875	1.033	0	0
4.02.01	Ajustes acumulados de conversão de empresas no exterior	875	1.033	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	31.022	96.905	-96.055	-26.810
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	31.022	96.905	-96.055	-26.810

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	160.766	120.660
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	131.248	143.191
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do período	95.872	-26.810
6.01.01.02	Amortização e depreciação	42.262	39.042
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-2.488
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos e empréstimos	0	2.648
6.01.01.05	Baixa de imobilizado	0	118.075
6.01.01.06	Plano de opção de ação	5.351	4.034
6.01.01.07	Provisão para imposto de renda e contribuição social	-7.080	20.518
6.01.01.08	Provisão para pesquisa e desenvolvimento	2.583	2.795
6.01.01.09	Instrumentos financeiros derivativos	-465	0
6.01.01.10	Variação cambial sobre contas a pagar aquisição bloco exploratório	0	-22.773
6.01.01.11	Variação cambial sobre provisão para abandono	-7.509	8.150
6.01.01.12	Equivalência patrimonial	234	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	29.518	-22.531
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-10.200	-21.816
6.01.02.02	Impostos a recuperar	29.259	-8.915
6.01.02.03	Outros ativos	-2.543	-5.906
6.01.02.04	Fornecedores	9.394	22.018
6.01.02.05	Impostos a recolher	6.124	5.905
6.01.02.06	Juros pagos	0	-3.075
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-13.602
6.01.02.08	Partes relacionadas	36	468
6.01.02.09	Outros passivos	-2.552	2.392
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-444.643	-232.627
6.02.01	Caixa restrito	562	44.029
6.02.02	Aplicações financeiras	-398.045	32.760
6.02.03	Pagamento de imobilizado	-39.493	-65.508
6.02.04	Pagamentos de intangível	-569	-243.908
6.02.05	Aumento de capital empresas exterior	-7.098	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-13.488	-112.238
6.03.03	Pagamento de financiamentos	0	-103.130
6.03.04	Ações em tesouraria	-13.488	-9.107
6.03.05	Pagamento de dividendos	0	-1
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.033	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-296.332	-224.205
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	871.322	1.021.951
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	574.990	797.746

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797	0	2.227.797
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	-26.702	176.383	0	0	2.227.797	0	2.227.797
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-21.544	0	0	0	-21.544	0	-21.544
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-21.544	0	0	0	-21.544	0	-21.544
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.872	1.033	96.905	0	96.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.872	0	95.872	0	95.872
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.033	1.033	0	1.033
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	1.033	1.033	0	1.033
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	5.351	0	0	0	5.351	0	5.351
5.06.01	Constituição de Reservas	0	5.351	0	0	0	5.351	0	5.351
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-42.895	176.383	95.872	1.033	2.308.509	0	2.308.509

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763	0	2.175.763
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.078.116	3.731	93.916	0	0	2.175.763	0	2.175.763
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-9.107	0	0	0	-9.107	0	-9.107
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-9.107	0	0	0	-9.107	0	-9.107
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-26.810	0	-26.810	0	-26.810
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-26.810	0	-26.810	0	-26.810
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	4.034	0	0	0	4.034	0	4.034
5.06.01	Constituição de Reservas	0	4.034	0	0	0	4.034	0	4.034
5.07	Saldos Finais	2.078.116	-1.342	93.916	-26.810	0	2.143.880	0	2.143.880

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	332.339	345.109
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	292.846	279.601
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	39.493	65.508
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-106.690	-265.159
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-57.517	-183.602
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-40.888	-73.954
7.02.04	Outros	-8.285	-7.603
7.03	Valor Adicionado Bruto	225.649	79.950
7.04	Retenções	-42.262	-39.042
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.262	-39.042
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	183.387	40.908
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.350	69.261
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-234	0
7.06.02	Receitas Financeiras	37.584	47.412
7.06.03	Outros	0	21.849
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	220.737	110.169
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	220.737	110.169
7.08.01	Pessoal	24.343	19.865
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.854	18.914
7.08.01.02	Benefícios	1.688	576
7.08.01.03	F.G.T.S.	801	375
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	88.911	94.383
7.08.02.01	Federais	39.734	45.394
7.08.02.02	Estaduais	26.218	27.689
7.08.02.03	Municipais	22.959	21.300
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.611	22.731
7.08.03.01	Juros	510	3.216
7.08.03.02	Aluguéis	1.655	292
7.08.03.03	Outras	9.446	19.223
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	95.872	-26.810
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	95.872	-26.810

QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR INDIVIDUAL E CONSOLIDADO REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Histórico Operacional

A QGEP Participações S.A. com sede na Avenida Almirante Barroso 52, sala 1.301 - Centro (a “Companhia” ou “QGEPP”) foi constituída em 9 de março de 2010 com a razão social Latina Participações S.A., posteriormente alterada em 2 de setembro de 2010 para QGEP Participações S.A. e permaneceu sem atividades até esta data, quando a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) aportou na QGEPP a totalidade de seu investimento na Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), passando esta última a ser sua subsidiária integral.

A QGEPP tem como principal objeto social a participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

Em 02 de novembro de 2012, foi constituída a Atlanta Field B.V. (“AFBV”), com sede na cidade de Roterdã, Holanda, tendo como objeto social a compra, venda e locação de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás.

Em 30 de novembro de 2012 a controlada indireta Manati S.A. (“Manati”), foi incorporada pela controlada direta Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), sua controladora integral.

Em 31 de janeiro de 2013, foi constituída a QGEP Netherlands B.V. (“QGEP Netherlands”), com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”) com o capital social de US\$1.000. QGEP Netherlands é uma companhia holandesa de capital fechado e tem como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas as atividades descritas.

Em 12 de fevereiro de 2013, a QGEP vendeu a totalidade de sua participação na AFBV para a QGEP Netherlands. Esse processo não gerou ágio.

Em 21 de fevereiro de 2013, a OGX Netherlands Holding B.V, e a FR Barra 1 S.à r.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, ingressaram na estrutura da AFBV, passando a deter 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV. A QGEP Netherlands B.V., nesta mesma data, passou a deter participação de 30% na AFBV.

As atividades de E&P são regulamentadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”). A Companhia e suas controladas (QGEP, QGEP Netherlands B.V. e AFBV), são referidas em conjunto nestas informações financeiras trimestrais como “Grupo”.

Informações sobre as operações do Grupo

Em 30 de junho de 2013, o Grupo apresenta em seu portfólio a participação em nove concessões de E&P localizadas na porção offshore da Margem Continental Brasileira. Dessas, três estão situadas na Bacia de Camamu-Almada (BCAM-40, BM-CAL-5 e BM-CAL-12, esta última composta pelos Blocos CAL-M-312 e CAL-M-372); uma na Bacia de Jequitinhonha (BM-J-2), uma na Bacia de Campos (BM-C-27, composta pelos Blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146) e quatro na Bacia de Santos (Coral, BM-S-12, BM-S-8 e BS-4). Das concessões citadas, a QGEP é operadora dos blocos BM-J-2 e BS-4 e os demais são operados pela Petrobras.

As concessões BCAM-40 e BS-4 estão na fase de produção e desenvolvimento, respectivamente, e os demais na fase de exploração. No BCAM-40 estão situados os campos de Manati e Camarão Norte, e se encontram, respectivamente, nas fases de produção e desenvolvimento da produção. No BS-4 estão situados os campos de Atlanta e Oliva e se encontram em desenvolvimento da produção. O Campo Coral encontra-se desativado. Nas concessões BM-CAL-5, BM-S-8, BM-S-12 e BM-C-27, estão em andamento os planos de avaliação de descoberta, enquanto as concessões BM-CAL-12 e BM-J-2 estão em períodos exploratórios.

O contrato de concessão dos blocos C-M-122, C-M-145 e C-M-146 (BM-C-27) adquirido em 10 de outubro de 2012 junto a Petrobras, está em processo de transferência para a QGEP, dependendo da anuência da ANP.

O Campo de Manati foi desenvolvido através da perfuração de seis poços completados com Árvores de Natal Molhadas (ANM). Eles produzem para uma plataforma fixa de produção (PMNT-1) que escoo o gás através de um gasoduto de 24" de diâmetro e cerca de 125 km de extensão para a estação de tratamento, que especifica o gás e estabiliza o condensado (Estação Geólogo Vandemir Ferreira).

No terceiro trimestre de 2011, a perfuração do prospecto Alto de Canavieiras referente à concessão BM-J-2 foi interrompida temporariamente em função da condicionante da licença ambiental emitida pelo IBAMA, que restringe atividades de perfuração em determinados períodos do ano neste local. A licença ambiental foi revalidada até setembro de 2013. No momento as operações de perfuração estão em andamento e espera-se que a avaliação deste poço esteja concluída até o fim do atual período de anuência do IBAMA.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais consolidadas e individuais estão definidas a seguir:

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais da Companhia compreendem:

- As informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB;
- As informações financeiras trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com o CPC 21- Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações financeiras trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas informações financeiras trimestrais individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações financeiras trimestrais separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas informações financeiras trimestrais individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.3. Base de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas, alienadas ou incorporadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, conforme aplicável.

Nas informações financeiras trimestrais individuais da Companhia as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando necessário, as informações financeiras trimestrais das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas informações financeiras consolidadas, exceto o investimento em sua joint venture.

Participações da Companhia em controladas

As informações financeiras trimestrais da Companhia, em 30 de junho de 2013, compreendem as informações financeiras de suas controladas, diretas e indiretas, utilizando a mesma data base:

	País de operação	Porcentagem de participação - % Controle	30/06/2013	31/12/2012
QGEF	Brasil	Direto	100%	100%
QGEF Netherlands	Holanda	Indireto	100%	-

2.4. Participações em empreendimentos em conjunto (“*joint venture*”)

Uma “*joint venture*” é um acordo contratual através do qual a Companhia exerce uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “*joint venture*” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os acordos de “*joint venture*” que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

A Companhia e suas controladas apresentam suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas informações financeiras trimestrais usando o método de equivalência patrimonial.

Participações da Companhia em negócios em conjunto

	País de operação	Porcentagem de participação - % Controle	Tipo de negócio	30/06/2013	31/12/2012
AFBV	Holanda	Indireto	Negócios em conjunto (Joint venture)	30%	100%

2.5. Informações do segmento operacional

A Administração efetuou a análise e concluiu que a QGEPP opera em um único segmento, exploração e produção (E&P) de óleo e gás. Adicionalmente, a receita líquida de vendas é substancialmente derivada de transações com a Petrobras no Brasil.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

2.7. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio (Nota explicativa 6).

2.8. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

2.9. Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás (imobilizado, intangível e gastos exploratórios para extração de petróleo e gás)

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, o Grupo, para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - “Exploration for and evaluation of mineral resources”.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;
- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade, não foram concluídas, permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (“dryhole”) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás.
- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em gastos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

- Para transações de farm-in em que a Companhia tem efetuado contratos para suportar financeiramente gastos exploratórios do parceiro que procedeu a venda de participação nos blocos exploratórios (“Farmor”) e/ou “carrego”. Esses gastos compromissados são refletidos nos registros contábeis quando do respectivo progresso dos futuros gastos exploratórios.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externo de acordo com padrões internacional e revisado anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção no momento.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

O Grupo apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;
- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;
- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;
- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada com base em informações fornecidas pelo operador dos campos e com base nas estimativas revisadas pela Administração quando esta é a operadora, e registrada integralmente no momento da declaração de comercialidade de cada campo, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 14). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado do exercício.

2.10. Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (“Redução do Valor Recuperável dos Ativos”) e os critérios definidos na nota explicativa 2.9, os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do período.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 30 de junho de 2013, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos.

2.11. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, quando aplicáveis, inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

2.12. Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados (Nota explicativa 13).

2.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações financeiras trimestrais. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração.

2.15. Incentivos fiscais

Como estava localizada na área de abrangência da SUDENE, a controlada indireta Manati, incorporada pela QGEP, detinha o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração durante 10 anos, começando a mesma a usufruir deste benefício desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada indireta Manati até a data de sua incorporação pela QGEP. A formalização da transferência do benefício, em função da incorporação foi homologada em abril 2013. Nos termos do Decreto nº 64.214/69, a QGEP é elegível ao benefício por sucessão em virtude da incorporação de sua controlada integral Manati.

2.16. Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga, conforme descrito na Nota explicativa nº 22 iii.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta “Plano de Opções de Ações” que registrou o benefício aos empregados.

2.17. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.19. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros “disponíveis para venda” e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

2.19.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. O Grupo possui equivalentes de caixa (CDB's, debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2.19.2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. O Grupo possui caixa restrito classificado nesta categoria.

2.19.3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. O Grupo possui contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

2.19.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. O Grupo não possui passivos financeiros a valor justo.

2.20.1. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20.2. Baixa de passivos financeiros

O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.21. Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das informações financeiras trimestrais, é a moeda corrente do Brasil - real (R\$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. A controlada e a controlada em conjunto, sediadas na Holanda, utilizam o Dólar norte americano (US\$) como moeda funcional. As informações financeiras trimestrais das controladas e controladas em conjunto são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da QGEPP.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02:

- Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;
- Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras;
- Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

2.21.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações financeiras trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de ajuste acumulada de conversão.

2.22. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras trimestrais individuais e como informação suplementar às informações financeiras trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.23. Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2) / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e partes relacionadas, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos e encargos financeiros. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

2.24. Resultado líquido por ação

Calculada com base no número médio ponderado de ações ordinário total (Nota explicativa 22 ii).

2.25. Novas normas, alterações e interpretações

- a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes novos e revisados pronunciamentos e interpretações, referentes às suas operações, que já foram emitidos, mas ainda não são efetivos:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 9 / CPC 14	Instrumentos Financeiros - Mensuração e Classificação	1º de janeiro de 2015
IAS 32 / CPC 39	Instrumentos Financeiros - Apresentação	1º de janeiro de 2014

- b) Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2013.

As normas a seguir relacionadas, referentes às informações da Companhia, foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013 ou em períodos subsequentes.

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Aplicação para os exercícios sociais a serem iniciados em ou após</u>
IFRS 7 / CPC 40 (R1)	Instrumentos Financeiros - Divulgação	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 / CPC 36 (R3)	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 / CPC16 (R2)	Acordo Contratual Conjunto	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 / CPC 45	Divulgação de Participação em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 / CPC 46	Mensuração do Valor Justo	1º de janeiro de 2013
IAS 1 / CPC 26 (R1)	Apresentação das demonstrações financeiras	1º de janeiro de 2013
IAS 16 / CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2013
IAS 19 / CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados	1º de janeiro de 2013
IAS 27 / CPC 35 (R2)	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
IAS 28 / CPC 18 (R2)	Investimentos em Coligadas e Controladas	1º de janeiro de 2013
IAS 34 / CPC 21 (R1)	Demonstrações Financeiras Intermediárias	1º de janeiro de 2013

Com relação ao CPC 36 (R3), CPC 16 (R2) e CPC 45, conforme descrito nas notas explicativas 2.3 e 2.4, o critério contábil seguido para controladas em conjunto está adotado pela Administração já a partir de 01 de janeiro de 2013, sem efeitos retroativos.

A Companhia avaliou que as mesmas não possuem um efeito relevante sobre as suas informações e demonstrações contábeis.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, a avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

3.1.1. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros do Grupo em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade do Grupo manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2013 é de R\$23.669. Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na Nota explicativa nº 8.

3.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

3.2.1. Avaliação de instrumentos financeiros

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2. Vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota explicativa 2.9, a Administração revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente, ao encerramento de cada período. Durante o período, a Administração concluiu que as vidas úteis dos bens do imobilizado e intangível eram adequadas, não sendo requeridos ajustes.

3.2.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável futuro suficiente para sua realização com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Estas projeções e previsões preparadas anualmente incluem várias premissas relacionadas as taxas de câmbio, o volume de produção, gastos exploratórios e compromissos e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a atual legislação fiscal brasileira, não há prazo para a utilização de prejuízos fiscais. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente em até 30% do lucro tributável anual.

3.2.4. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota por nossos consultores jurídicos. As contingências encontram-se dispostas em nota explicativa das informações financeiras trimestrais (Nota explicativa 13).

O registro da provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas de um determinado passivo na data das informações financeiras trimestrais é feita quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da nossa atuação, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data precisa em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, e outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

3.2.5. Amortização do ativo imobilizado e intangível e provisão para abandono e desmantelamento de áreas

As estimativas de reservas provadas e de reservas prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. As reservas provadas e as reservas prováveis são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Companhia assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros de petróleo, taxas de câmbio, taxas de inflação, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis registradas.

A estimativa do volume das reservas é base de apuração da parcela de amortização e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para a quantificação da provisão de abandono e desmantelamento de áreas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração nas estimativas do volume de reservas e da vida útil dos ativos a elas vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de amortização, reconhecidos nas informações financeiras trimestrais como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de abandono (Nota explicativa 2.9), de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de *impairment*.

A metodologia de cálculo dessa provisão consiste em estimar na data base das informações financeiras trimestrais quanto a Companhia desembolsaria com o abandono e desmantelamento de suas áreas produtivas. O montante da provisão estimada é indexado em moeda estrangeira dólar americano.

A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado (Nota explicativa 14).

Os gastos de exploração (gastos com perfurações bem sucedidos ou em avaliação) e bônus de assinatura são capitalizados e mantidos de acordo com a prática contábil descrita na Nota explicativa 2.9. A capitalização inicial de gastos e sua manutenção são baseadas no julgamento qualitativo da Administração de que a sua viabilidade será confirmada pelas atividades exploratórias em curso e planejada pelo comitê de operações do consórcio.

3.2.6. Provisão para participação nos lucros

A participação no lucro e resultado paga aos colaboradores (incluindo pessoal chave) é baseado na realização de métricas de desempenho, financeiras e de qualidade, bem como os objetivos individuais dos colaboradores, determinados anualmente. Esta provisão é constituída mensalmente, sendo recalculada ao final do exercício com base na melhor estimativa das metas atingidas, conforme estabelecido no processo orçamentário anual.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa e depósitos bancários	92	7	10.552	3.562
CDB's e debêntures	1.530	658	156.862	150.732
Fundo de investimentos exclusivo	-	-	407.576	717.028
Total	<u>1.622</u>	<u>665</u>	<u>574.990</u>	<u>871.322</u>

O caixa e equivalente de caixa estão concentrados em certificados de depósitos bancários pós-fixados (CDB), operações compromissadas (lastro em debêntures) e investimentos em fundo exclusivo, possuindo alta liquidez e rentabilidade indexada à variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate.

b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo de investimento exclusivo	478.992	80.947
Total	<u>478.992</u>	<u>80.947</u>

A Companhia possui um fundo de investimento exclusivo multimercado, que aplica em cotas de fundos exclusivos de renda fixa, lastreados em títulos públicos, indexados a Selic, e privados indexados à variação da taxa do CDI. As carteiras dos fundos de investimentos exclusivos são compostas pelos títulos e saldos demonstrados abaixo:

Composição do fundo:

<u>Produto</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Compromissada (debêntures)	68.892	210.604
CDB/ CDI (pós-fixado)	<u>338.684</u>	<u>506.424</u>
Títulos classificados em equivalentes de caixa	<u>407.576</u>	<u>717.028</u>
CDB/CDI (pós-fixado)	18.126	-
Títulos públicos (LFT / NTN)	313.631	29.611
Letras Financeiras (Votorantim, Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil e CEF)	<u>147.235</u>	<u>51.336</u>
Títulos classificados em aplicações financeiras	<u>478.992</u>	<u>80.947</u>
Total do fundo	<u>886.568</u>	<u>797.975</u>

A rentabilidade média dos equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi equivalente a 101,9% do CDI Selic no acumulado do período findo em 30 de junho de 2013.

5. CONTAS A RECEBER

A QGEF tem um contrato de longo prazo a partir de 2007 (vencimento até julho/2030) para fornecimento de um volume mínimo anual de gás à Petrobras, por um preço em reais que é ajustado anualmente com base em índice contratual.

Os saldos de contas a receber referem-se a operações de venda de gás com a Petrobras, os quais historicamente não possuem inadimplência ou atrasos. Não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois o saldo de contas a receber é composto apenas de saldo a vencer com prazo médio de recebimento de, aproximadamente, 40 dias.

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Materiais	6.287	9.403

Composto por materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Os saldos das transações entre a Companhia e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Passivo – circulante</u>		
Contas a pagar - QGOG (b)	<u>121</u>	<u>85</u>
Total	<u>121</u>	<u>85</u>

	Consolidado			
	<u>01/04/2013</u>	<u>01/01/2013</u>	<u>01/04/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
	<u>a 30/06/2013</u>	<u>a 30/06/2013</u>	<u>a 30/06/2012</u>	<u>a 30/06/2012</u>
<u>Resultado</u>				
Despesas gerais e administrativas				
(b)	183	415	127	468
Despesas financeiras (a)	-	-	52	194

(a) Refere-se aos encargos financeiros sobre as fianças dos empréstimos junto ao BNB/BNDES, cujos financiamentos foram liquidados em 15 de maio de 2012.

(b) Decorrente de prestação de serviços administrativos que a QGOG prestou à Manati, até a sua incorporação, e presta à QGEF. As despesas incorridas foram cobradas através de critérios de rateios considerando os esforços demandados para cada atividade corporativa, com prazo de liquidação de 35 dias. No caso de atraso incorrerão juros de 1% a.m..

7.1. Remuneração dos Administradores

Inclui a remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), os respectivos encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS, dentre outros), a remuneração variável e plano de opção de ações do pessoal-chave da Administração conforme apresentada no quadro abaixo:

	Controladora			
	<u>01/04/2013</u>	<u>01/01/2013</u>	<u>01/04/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
	<u>a 30/06/2013</u>	<u>a 30/06/2013</u>	<u>a 30/06/2012</u>	<u>a 30/06/2012</u>
Benefícios de curto prazo	649	1.226	501	928
	Consolidado			
	<u>01/04/2013</u>	<u>01/01/2013</u>	<u>01/04/2012</u>	<u>01/01/2012</u>
	<u>a 30/06/2013</u>	<u>a 30/06/2013</u>	<u>a 30/06/2012</u>	<u>a 30/06/2012</u>
Benefícios de curto prazo	1.596	6.876	6.578	7.711
Plano de opção de ações	1.541	3.090	1.462	2.237

Não são oferecidos pela Companhia benefícios pós emprego, outros benefícios de longo prazo e/ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pelo plano de benefícios de aposentadoria descrito na Nota explicativa 25.

8. CAIXA RESTRITO

	Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Fundo da provisão de abandono (a)	<u>23.669</u>	<u>24.231</u>
Total caixa restrito	<u>23.669</u>	<u>24.231</u>

- (a) O fundo de abandono é representado pelas aplicações financeiras mantidas para o pagamento da provisão para abandono do Campo de Manati (fundo de abandono - vide Nota explicativa 14) e são integralmente aplicadas no Banco Bradesco. A rentabilidade média do fundo foi equivalente a 5,38% no período findo em 30 de junho de 2013 (9,19% no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Antecipação IR e CS	-	5.168
IRRF sobre aplicação financeira (*)	4.442	13.258
Imposto a recuperar	1.466	16.581
Outros	<u>961</u>	<u>1.121</u>
Total	<u>6.869</u>	<u>36.128</u>
Circulante	<u>6.350</u>	<u>35.698</u>
Não circulante	<u>519</u>	<u>430</u>

- (*) Refere-se basicamente a créditos referentes ao sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

9.2. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
ICMS (a)	-	-	4.849	4.468
Imposto de renda e contribuição social	-	-	744	-
IRRF	43	37	618	644
PIS/COFINS (a)	-	-	11.144	12.709
Royalties (b)	-	-	3.350	3.130
Participação especial (c)	-	-	990	2.581
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.144</u>	<u>263</u>
Total circulante	<u>43</u>	<u>37</u>	<u>22.839</u>	<u>23.795</u>

- (a) Débitos referentes aos impostos incidentes sobre a venda de gás natural oriundos das operações do campo de Manati.
- (b) Royalties sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 19.
- (c) Participação especial sobre o gás produzido no campo de Manati, conforme descrito na Nota explicativa 19.

9.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	Controladora			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Resultado antes do IR e CSLL	30.147	95.872	(96.055)	(26.810)
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(10.250)</u>	<u>(32.596)</u>	<u>32.659</u>	<u>9.115</u>
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	<u>10.486</u>	<u>33.151</u>	<u>(32.381)</u>	<u>(8.524)</u>
Prejuízos fiscais não ativados (a)	<u>(236)</u>	<u>(555)</u>	<u>(278)</u>	<u>(591)</u>
Imposto de renda /contribuição social diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda /contribuição social correntes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) Referente a 100% dos prejuízos fiscais e base negativa da QGEPP. Em 30 de junho de 2013 a QGEPP possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$64.944 (R\$ 63.307 em 31 de dezembro de 2012), sendo que a QGEPP não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não haver histórico de lucratividade até a corrente data e pela Companhia ser uma empresa de participação.

	Consolidado			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Lucro antes do IR e CSLL	31.672	102.952	(91.986)	(8.780)
Alíquotas oficiais de imposto	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	<u>(10.768)</u>	<u>(35.004)</u>	<u>31.275</u>	<u>2.985</u>
Ajuste dos encargos à taxa efetiva:				
Incentivos fiscais (a)	5.079	18.904	12.319	22.220
Prejuízos fiscais não ativados (b)	(236)	(555)	(48.379)	(49.222)
Despesas indedutíveis (receita não tributável):				
Permanentes (c)	4.990	2.868	716	5.987
Temporais (d)	(4.981)	(4.432)	-	-
Compensação de prejuízos fiscais	<u>4.395</u>	<u>11.143</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.525)</u>	<u>(7.080)</u>	<u>(4.069)</u>	<u>(18.030)</u>
Imposto de renda/contribuição social diferidos	-	-	2.403	2.488
Imposto de renda/contribuição social correntes	(1.525)	(7.080)	(6.472)	(20.518)

- (a) Incentivo fiscal apurado pelo lucro da exploração nas operações de Manati (vide Nota explicativa 2.15).
- (b) Em 30 de junho de 2013 a QGEF possui prejuízos fiscais de R\$38.182 (R\$71.211 em 31 de dezembro de 2012) e base negativa de contribuição social no montante de R\$59.122 (R\$91.169 em 31 de dezembro de 2012), sendo que a investida QGEF não registra ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda ou bases negativas de contribuição social, por não apresentar histórico de lucratividade nos últimos exercícios.
- (c) Em 30 de junho de 2013, refere-se a realização do abandono do poço 1-BAS-128, localizado no Campo de Manati. Em 30 de junho de 2012, refere-se ao diferimento da tributação do lucro sobre o contrato com empresa pública, sociedade de economia mista.
- (d) Em 30 de junho de 2013, as principais adições referem-se a amortização e atualização da provisão de abandono e provisão de PLR.

10. INVESTIMENTOS

10.1. Composição

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do período:

Participação	Nome da controlada	Local de constituição e operação	Participação e capital votante e total detidos - %
Direta	Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.	Brasil	100%
Indireta	QGEF Netherlands	Holanda	100%
Indireta	Atlanta Field B.V.	Holanda	30%

10.2. Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

Os dados dos investimentos e as informações financeiras para cálculo de equivalência patrimonial nas controladas direta e indireta são:

	<u>QGEF</u>	<u>QGEF Netherlands</u>	<u>AFBV</u>
Quantidade de ações ordinárias	191.352.711	1.000	3.000
Percentual de participação direta	100%	100%	30%
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Capital social	2.042.553	2	20
Patrimônio líquido	2.304.664	10.099	22.897
Resultado do período	97.504	(333)	(835)
Ativo	2.573.447	10.112	26.829
Passivo	268.783	13	3.948
Receita líquida	232.102	-	-

A movimentação dos investimentos da QGEPP na controlada direta QGEF apresentado nas informações financeiras trimestrais individuais e consolidado, é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012	2.224.776	-
Aumento de capital	-	7.120
Plano de opção de ações	5.351	-
Pagamento de dividendos intermediários (a)	(24.000)	-
Ajustes acumulados de conversão	1.033	(22)
Resultado de equivalência patrimonial (b)	97.504	(234)
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>2.304.664</u>	<u>6.864</u>

- (a) A QGEP distribuiu dividendos intermediários do saldo da reserva de investimentos de 31 de dezembro de 2012, conforme aprovação em AGE, citada abaixo, com finalidade da QGEPP custear a recompra de ações para manutenção em tesouraria e posteriormente atender o Plano de Outorga de opção de compra de ações (Notas explicativas 22 iii e 23):

	<u>Data da aprovação</u>	<u>Valor aprovado</u>
Assembléia Geral Extraordinária	25/06/2013	<u>24.000</u>
Total		<u>24.000</u>

- (b) Resultado apurado pela investida no período findo em 30 de junho de 2013.

10.3. Informações sobre as controladas e negócios em conjunto

- Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A.

A QGEP foi constituída em 16 de outubro de 2009 com a razão social Chania Participações S.A., posteriormente alterada em 14 de maio de 2010 para Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. e permaneceu sem atividades até 2 de julho de 2010 quando a QGOG aportou os ativos líquidos referente as atividades de E&P, passando esta última ser sua subsidiária integral.

A QGEP tem como principal objeto social a exploração de áreas na busca de novas reservas de óleo e gás, produção, comércio e industrialização de petróleo, gás natural e produtos derivados e participação em sociedades que se dediquem substancialmente a atividades afins, seja como sócio ou acionista ou outras formas de associação, com ou sem personalidade jurídica.

- QGEP Netherlands B.V.

A QGEP Netherlands, controlada integral da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”), com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, com o capital social de US\$1.000. QGEP Netherlands é uma companhia holandesa de capital fechado e tem como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comercial; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas as atividades descritas. A controlada encontra-se em atividade pré-operacional em 30 de junho de 2013 não auferindo receitas.

- Atlanta Field B.V.

A Atlanta Field B.V. (“AFBV”), controlada indireta da Queiroz Galvão Exploração e Produção (“QGEP”) e direta da QGEP Netherlands B.V. com os sócios OGX Netherlands Holding B.V. e FR Barra 1 S.À R.L., é uma companhia holandesa de capital fechado e tem como objeto social a aquisição, orçamento, construção, compra, venda, locação, arrendamento ou afretamento de materiais e equipamentos a serem utilizados para a exploração e aproveitamento da Área de Concessão e, ainda, adquirir, administrar, operar equipamentos, incluindo a equipamentos registrados para apoiar as atividades declaradas da Companhia.

11. IMOBILIZADO

		Consolidado			
		30/06/2013			31/12/2012
	Taxa de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização	Líquido	Líquido
<u>Segmento corporativo</u>					
Móveis e utensílios	10%	707	(154)	553	552
Veículos	20%	1.010	(283)	727	634
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.346	(701)	645	933
Computadores - <i>Hardware</i>	20%	1.490	(409)	1.081	784
Adiantamento para aquisição imobilizado	-	<u>3.750</u>	<u>-</u>	<u>3.750</u>	<u>635</u>
Subtotal		<u>8.303</u>	<u>(1.547)</u>	<u>6.756</u>	<u>3.538</u>
<u>Segmento de upstream</u>					
Gastos com exploração de recursos naturais em andamento (i)	-	361.091	-	361.091	296.920
Gastos com exploração de recursos naturais (ii)	(iii)	16.844	(12.904)	3.940	4.723
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás em andamento (iv)	-	22.655	-	22.655	14.097
Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	(iii)	<u>813.651</u>	<u>(392.378)</u>	<u>421.273</u>	<u>453.910</u>
Subtotal		<u>1.214.241</u>	<u>(405.282)</u>	<u>808.959</u>	<u>769.650</u>
Total		<u>1.222.544</u>	<u>(406.829)</u>	<u>815.715</u>	<u>773.188</u>

(i) Gastos com exploração em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando a conclusão do processo exploratório.

(ii) Referente a poços descobridor e delimitadores do Campo de Manati, o qual já está em fase de produção.

(iii) As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa (Nota explicativa 19(c)). Os efeitos das alterações das reservas em relação à amortização são computados de forma prospectiva, ou seja, não impactam os valores outrora registrados.

(iv) Gastos com desenvolvimento em andamento não estão sendo amortizados, pois ficam ativados aguardando o início da produção.

Custo	Consolidado					Total
	Gastos com imobilizados corporativos	Gastos com exploração de recursos naturais - em andamento	Gastos com exploração de recursos naturais	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás - em andamento	Gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	
Saldo em 31/12/2012	4.545	296.920	16.844	14.097	805.667	1.138.073
(+) Adições do período	<u>3.758</u>	<u>64.171 (a)</u>	<u>-</u>	<u>8.558(b)</u>	<u>7.984 (c)</u>	<u>84.471</u>
Saldo em 30/06/2013	<u>8.303</u>	<u>361.091</u>	<u>16.844</u>	<u>22.655</u>	<u>813.651</u>	<u>1.222.544</u>

Principais adições referem-se: (a) BM-J-2 no montante de R\$61.696 e (b) BS-4 no montante de R\$8.558, que incluem gastos com serviços de perfuração e (c) parada programada no Campo de Manati no montante de R\$6.390.

Depreciação e amortização	Depreciação imobilizado corporativo	Amortização gastos com exploração de recursos naturais	Amortização gastos com desenvolvimento de produção de petróleo e gás	Total
Saldo em 31/12/2012	(1.007)	(12.121)	(351.757)	(364.885)
(+) Adições do período	<u>(540)</u>	<u>(783)</u>	<u>(40.621)</u>	<u>(41.944)</u>
Saldo em 30/06/2013	<u>(1.547)</u>	<u>(12.904)</u>	<u>(392.378)</u>	<u>406.829</u>

12. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aquisição de concessão exploratória (i)	529.399	-	529.399	529.399
Bônus de assinatura (ii)	4.364	-	4.364	4.364
Software	<u>3.463</u>	<u>(844)</u>	<u>2.619</u>	<u>2.367</u>
Total	<u>537.226</u>	<u>(844)</u>	<u>536.382</u>	<u>536.130</u>

- (i) Refere-se a direitos de participação de 10% no bloco BM-S-8, localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$278.692 (US\$175.000) e participação de 30% nos campos de Atlanta e Oliva (BS-4), localizado no *offshore* da Bacia de Santos no valor de R\$250.707 (US\$157.500).
- (ii) Gastos para a aquisição de direitos de exploração em leilões da ANP os quais não estão sendo amortizados, pois se referem as áreas de concessão em fase exploratória (Nota Explicativa 19).

<u>Custo e amortização</u>	Consolidado			
	<u>Aquisição de concessão exploratória</u>	<u>Bônus de assinatura</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2012	529.399	4.364	2.367	536.130
(+) Adições (custo)	-	-	569	569
(-) Adições (amortização)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(317)</u>	<u>(317)</u>
Saldo em 30/06/2013	<u>529.399</u>	<u>4.364</u>	<u>2.619</u>	<u>536.382</u>

13. PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos e/ou nos termos dos contratos de consórcio relevantes, com base na opinião do Operador do Bloco respectivo (este como responsável por acompanhamento da demanda), concluiu que não existem processos prováveis de perda para a Companhia e suas controladas, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

O processo considerado como perda possível que não foi provisionado nas informações financeiras trimestrais é a Execução Fiscal nº 0087249-25.2010.805.0001, decorrente da multa aplicada no Auto de Infração nº 2006-007365/TEC/AIMU-0343, lavrado em 22/11/2006. A infração refere-se ao descumprimento de condicionante determinada pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), resultando no assoreamento de córregos e erosão, quando da instalação do gasoduto entre os municípios de Guaibin e São Francisco do Conde, cuja multa, atualizada, é de R\$564. A Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEF") sucessora por incorporação da Manati S.A. pode ser responsável por 45% de uma eventual contingência, na proporção de sua participação em cada contrato de concessão, podendo envolver de reparação de danos e a responsabilidade ambiental.

Por meio de um contrato celebrado em 28 de outubro de 2010, a Companhia tem acordado que indenizará a Queiroz Galvão Óleo e Gás (“QGOG”) por qualquer contingência relacionada às atividades de E&P que venha a ser imputada àquela Companhia. Em contrapartida, em 18 de janeiro de 2011, foi celebrado um contrato com a QGOG e a Constellation Overseas, Ltd. (“Constellation”), pelo qual as referidas companhias ficaram obrigadas a indenizar por prejuízos havidos em relação a todo o passivo existente e contingente não relacionado às atividades de E&P que venha a ser imputado a Companhia. Consubstanciada na opinião dos assessores legais externos, a Companhia concluiu que não existem processos prováveis de perda, consequentemente nenhuma provisão foi constituída no período apresentado nas informações financeiras trimestrais.

14. PROVISÃO PARA ABANDONO

As estimativas dos custos com abandono, informadas pelo operador, foram revisadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e aprovadas pelos consorciados, conforme notas explicativas 2.9 e 3.2.5. Tal provisão reflete a estimativa dos gastos a serem incorridos, incluindo e não limitados, com: (i) tamponamento dos poços; e (ii) remoção das linhas e dos equipamentos de produção.

Movimentação da Provisão para Abandono no período findo em 30 de junho de 2013:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	116.462
Baixa abandono de poço (*)	(16.995)
Variação cambial do período	<u>9.486</u>
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>108.953</u>

(*) Refere-se ao abandono do poço descobridor 1-BAS-128, localizado no Campo de Manati.

15. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>			
	<u>01/04/2013</u> <u>a 30/06/2013</u>	<u>01/01/2013</u> <u>a 30/06/2013</u>	<u>01/04/2012</u> <u>a 30/06/2012</u>	<u>01/01/2012</u> <u>a 30/06/2012</u>
Receita bruta	<u>126.483</u>	<u>292.846</u>	<u>155.369</u>	<u>279.601</u>
PIS	(2.028)	(4.695)	(2.491)	(4.488)
COFINS	(9.341)	(21.627)	(11.474)	(20.672)
ICMS	(11.339)	(26.139)	(13.843)	(27.694)
Descontos - reduções contratuais	<u>(3.572)</u>	<u>(8.283)</u>	<u>(4.401)</u>	<u>(7.600)</u>
Total de deduções	<u>(26.280)</u>	<u>(60.744)</u>	<u>(32.209)</u>	<u>(60.454)</u>
Receita líquida	<u>100.203</u>	<u>232.102</u>	<u>123.160</u>	<u>219.147</u>

16. CUSTOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

16.1. Custos

	Consolidado			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Custos de extração (*)	(27.244)	(37.993)	(9.801)	(20.850)
Royalties e participação especial	(8.884)	(21.891)	(12.337)	(21.288)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.265)	(2.928)	(1.554)	(2.796)
Amortização e depreciação	(18.322)	(41.404)	(21.481)	(38.556)
Total	(55.715)	(104.216)	(45.173)	(83.490)

(*) Em 2013, o valor de R\$14.834 refere-se ao custo de manutenção no Campo de Manati

16.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Pessoal	(651)	(1.211)	(518)	(960)
Serviços contratados de terceiros	(46)	(149)	(137)	(187)
Seguros	-	-	(157)	(361)
Impostos e taxas	(2)	(10)	-	(3)
Anúncios e publicações	-	(234)	-	(198)
Outras despesas	(25)	(71)	(35)	(72)
Total	(724)	(1.675)	(847)	(1.781)

	Consolidado			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Pessoal	(14.809)	(28.539)	(17.559)	(27.193)
Serviços contratados de terceiros	(1.792)	(3.620)	(2.887)	(3.645)
Seguros	(238)	(481)	(177)	(405)
Impostos e taxas (a)	(209)	(1.604)	(245)	(551)
Anúncios e publicações	(242)	(595)	(452)	(716)
Patrocínio	(17)	(63)	(125)	(125)
Serviços compartilhados	(183)	(415)	(127)	(469)
Depreciação	(375)	(857)	(256)	(492)
Manutenção	(219)	(415)	(177)	(356)
Locação	(787)	(1.656)	(310)	(582)
Outras despesas diversas	(1.004)	(1.821)	(1.485)	(2.074)
Alocação projetos E&P (b)	4.426	7.893	3.429	5.559
Total	(15.449)	(32.173)	(20.371)	(31.049)

- (a) Em 2013, o valor de R\$1.022 refere-se a taxa de participação na 11ª rodada de licitação da ANP.
- (b) Saldo referente ao rateio de despesas relacionadas ao Bloco BS-4, o qual a Companhia é operadora com 30% de participação, sendo o remanescente relacionado aos seus parceiros.

17. GASTOS EXPLORATÓRIOS PARA A EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Referem-se a custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento e impacto ambiental, baixas de custos com poços não comerciais ou com reservas não operacionais, entre outros. Do montante de R\$20.541 em 30 de junho de 2013, R\$2.382 referem-se basicamente aos gastos exploratórios de poços que não apresentaram zonas potencialmente produtoras e R\$13.048 referem-se a sísmica referente as novas aquisições. Do saldo de R\$160.407 em 30 de junho de 2012, R\$157.282 refere-se aos gastos exploratórios do poço seco Ilha do Macuco (R\$81.513 baixados do imobilizado e R\$38.593 contabilizados diretamente no resultado) e do prospecto Jequitibá (R\$36.557 baixados do imobilizado e R\$619 contabilizados diretamente no resultado), localizados nos blocos BM-S-12 e BM-CAL-5, respectivamente, por não terem apresentado zonas potencialmente produtoras.

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Juros de aplicações financeiras	31	40	31	94
Despesas financeiras	-	3	-	(53)
Total	<u>31</u>	<u>43</u>	<u>31</u>	<u>41</u>

	Consolidado			
	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2013 a 30/06/2013	01/04/2012 a 30/06/2012	01/01/2012 a 30/06/2012
Juros de aplicações financeiras	20.504	37.584	20.072	47.412
Juros de empréstimos e financiamentos e despesas financeiras (a)	(55)	(510)	(779)	(3.216)
Variações cambiais, líquidas:				
Derivativos (b)	570	557	-	(11.490)
Provisão para abandono	(11.178)	(9.486)	(11.215)	(8.150)
Contas a pagar - Atlanta e Oliva (BS-4) (c)	-	-	-	22.773
Outros	(171)	(131)	(310)	(314)
Total	<u>9.670</u>	<u>28.014</u>	<u>7.768</u>	<u>47.019</u>

(a) O saldo em 30 de junho de 2012 está líquido de R\$244 de bônus de adimplência conforme previsto nos contratos de empréstimos e financiamentos.

(b) Em 2012 a Companhia contratou instrumentos derivativos, NDF's (Non Deliverable Fowards) no valor nominal total de US\$70.000, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar em relação ao valor a pagar em reais, referente a aquisição de 30% do bloco BS-4. Em 2 de março de 2012 a Companhia efetuou o pagamento complementar de 90% do preço de aquisição e com isso, liquidou os instrumentos derivativos (NDFs).

Em 2013, a Companhia contratou instrumentos derivativos, call option no valor nominal total de US\$1.080 e NDF's (Non Deliverable Fowards) no valor nominal total de US\$3.510, com o objetivo de reduzir a exposição às oscilações do dólar em relação ao valor a pagar em reais, referente à contratação da sonda para perfuração do poço 1-QG-5A localizado no Bloco BM-J-2.

(c) Conforme citado na Nota Explicativa 12, reflete o efeito de variação cambial sobre o passivo decorrente da aquisição da participação no BS-4 em 2012.

19. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

a) Direitos e compromissos com a ANP

O Grupo possui a concessão de direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural nos seguintes blocos:

Fase	Bacia	Bloco/ Campo	Data de concessão	Participação	%
Desativado	Santos	Coral	15/09/2000	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	15
				Panoro Energy	35
				Brasol	15
Desenvolvimento e Produção	Camamu BCAM-40	Manati Camarão Norte	06/08/1998	Petrobras (operador)	35
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	45
				Panoro Energy	10
				Brasol	10
	Santos	Atlanta e Oliva (BS-4)	06/08/1998	Petrobras (i)	40
				Barra Energia	30
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				(operador)	
Exploração	Camamu- Almada	BM-CAL-5	28/09/2001	Petrobras (operador)	72,5
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	27,5
	Camamu - Almada	CAL-M-312 CAL-M-372	24/11/2004	Petrobras (operador)	60
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	20
				EP Energy(iii)	20
	Campos	BM-C-27 (ii)	26/11/2003	Petrobras (operador)	70
				Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
	Santos	BM-S-12	29/08/2001	Petrobras (operador)	70
	Santos	BM-S-8	15/09/2000	Queiroz Galvão Exploração e Produção	30
				Petrobras (operador)	66
				Petrogal	14
				Barra Energia	10
	Jequitinhonha	BM-J-2	02/09/2002	Queiroz Galvão Exploração e Produção	10
				(operador)	100

(i) Em processo de transferência pela ANP para OGX.

(ii) Em processo de transferência pela ANP no total de 30% para QGEF.

(iii) Em processo de transferência pela ANP para Petrobras.

O quadro a seguir, demonstra os compromissos assumidos pelo Grupo em função de seu atual portfólio de participações em projetos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural do Grupo:

Bloco/campo	Garantia para o PEM (% QGEF) MM R\$	Ano do contrato	Bônus de assinatura	Área km ²	Royalties	Taxa de retenção de área por km ² (Valores em Reais)		
						Exploração	Desenvolvimento	Produção
Manati	-	2000	-	75,650	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Camarão Norte	-	2000	-	16,470	7,5%	100,00	200,00	1.000,00
Coral	-	2000	-	43,915	8,5%	200,00	400,00	2.000,00
BM-S-12	-	2001	1.596	2.058,720	10%	435,52	871,04	4.355,20
BM-CAL-5	-	2001	1.146	341,700	10%	152,43	304,86	1.524,30
BM-J-2	16,2	2002	855	742,051	10%	174,43	348,86	1.744,30
CAL-M-312	2,2	2004	205	745,851	10%	239,00	478,00	2.390,00
CAL-M-372	9,3	2004	562	745,031	10%	239,00	478,00	2.390,00
BM-S-8	-	2000	-	2.089,000	10%	396,02	792,04	3.960,20
BM-C-27	-	2003	-	257,888	10%	610,61	1.221,22	6.106,10
Atlanta e Oliva (BS-4)	-	2000	-	199,6	7,8%	200,00	400,00	2.000,00
Total	<u>27,7</u>			<u>4.364</u>				

Em 30 de junho de 2013, os compromissos remanescentes relativos a Programas exploratórios mínimos, (“PEM”) das concessões mencionadas na tabela acima, compreendem a perfuração de 2 poços pioneiros, um no BM-J-2 e um no BM-CAL-12 (Bloco CAL-M-372), previstos para realização em 2013 e 2014, respectivamente. Os compromissos com avaliação de descoberta compreendem: (i) a perfuração de um poço no BM-CAL-5, prevista para o final de 2015, (ii) perfuração de dois poços (Carcará e Guanxuma), a realização de um teste de formação e de um teste de longa duração contingente no BM-S-8, (iii) perfuração de um poço no BM-C-27, previsto para 2015, e (iv) reentrada e possível aprofundamento e avaliação do poço 1-SCS-13, no BM-S-12. O poço do BM-J-2 foi iniciado em 2011, mas devido a condicionantes ambientais, que restringem as operações na região em determinados períodos do ano, teve que ser interrompido temporariamente acerca de 2.540 metros de profundidade, restando cerca de mais 2.160 metros a serem perfurados em 2013.

A controlada QGEF detém 45% do campo de Manati, que iniciou sua produção em janeiro de 2007 e possui compromisso de desmantelamento de suas instalações. Em 30 de junho de 2013, o montante da provisão de abandono é de R\$108.953 (Nota explicativa 14).

Os seguintes pagamentos de participações governamentais e de terceiros estão previstos para a QGEF (empresa que incorporou a Manati):

- **Royalties**- Os valores são recolhidos a 7,5% do valor de referência ou do valor comercializado, dos dois o maior, a partir da data de início da produção da área de concessão. Durante o período findo em 30 de junho de 2013 foram provisionados R\$17.651 de royalties referentes à produção do campo Manati no período, dos quais R\$3.350 permanecem no passivo a pagar. Esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos.

- Participação especial- A participação especial prevista no inciso III do art. 45 da Lei nº 9.478, de 1997, constitui compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade, conforme os critérios definidos no Decreto, e será paga, com relação a cada campo de uma dada área de concessão, a partir do trimestre em que ocorrer a data de início da respectiva produção. Durante o período findo em 30 de junho de 2013 foram provisionados R\$4.240 de participação especial, esses gastos estão registrados na demonstração do resultado como custos, dos quais R\$990 permanecem no passivo a pagar.
- Pagamento pela ocupação ou retenção da área de concessão- Na fase de exploração, desenvolvimento e produção foram desembolsados os montantes de R\$165 registrados na demonstração do resultado como custos operacionais.

b) Aquisição de participação em 8 blocos na 11ª rodada de licitação:

Em 13 de maio de 2013, a controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. adquiriu participação em 8 blocos na 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a primeira licitação promovida pelo governo desde Dezembro de 2008 envolvendo ativos em áreas marítimas no Brasil. Esta aquisição está sujeita ao pagamento do bônus de assinatura e assinatura do contrato junto à ANP, sendo assim, estes blocos ainda não foram registrados como intangível.

Segue abaixo uma tabela de apresentação dos 8 blocos adquiridos pela QGEP na 11ª rodada de licitação da ANP:

Bacia	Bloco	Bônus de assinatura –QGEP	Garantia	Participação	%
Foz do Amazonas	FZA-M-90	R\$18.945	R\$48.910	QGEP (operador) Premier Oil Pacific Brasil	35 35 30
Espírito Santo	ES-M-598	R\$ 14.182	R\$27.820	QGEP Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
Espírito Santo	ES-M-673	R\$12.562	R\$8.988	QGEP Statoil Brasil (operador) Petrobras	20 40 40
Pará-Maranhão	PAMA-M-265	R\$3.020	R\$9.052	QGEP (operador) Pacific Brasil	30 70
Pará-Maranhão	PAMA-M-337	R\$35.206	R\$68.587	QGEP (operador) Pacific Brasil	50 50
Ceará	CE-M-661	R\$10.116	R\$33.919	QGEP Total (operador) OGX	25 40 35
Pernambuco-Paraíba	PEPB-M-894	R\$239	R\$3.627	QGEP (operador) Petra Energia	30 70
Pernambuco-Paraíba	PEPB-M-896	R\$637	R\$7.223	QGEP (operador) Petra Energia	30 70
Total:		R\$94.907	R\$208.126		

A QGEP desembolsará R\$94,9 milhões em bônus de assinatura pela participação em 8 blocos exploratórios, sendo o operador em 5 concessões. O investimento em aquisição de dados sísmicos líquido para a QGEP está estimado em aproximadamente US\$30-40 milhões nos próximos dois anos. Adicionalmente, estão previstos pelo menos quatro poços exploratórios, que devem ser perfurados a partir de 2017. Os blocos adquiridos pela QGEP estão distribuídos ao longo de cinco diferentes bacias e possuem área total de 5.785km².

c) Informações sobre as reservas (não auditadas/revisadas pelos auditores independentes)

As reservas de gás provadas líquidas da controlada QGEP para o Campo de Manati foram preparadas de acordo com os conceitos definidos pelo *FASB - Accounting Standards Codification*, de acordo com ASC 932 - Atividades Extrativas de Óleo e Gás.

Estas reservas correspondem às quantidades estimadas de gás que pela análise dos dados geológicos e de engenharia de reservatórios podem ser estimados com razoável certeza, sob condições econômicas definidas, métodos de operação estabelecidos e sob as condições regulatórias vigentes.

A estimativa de reservas possui incertezas que são ressalvadas pelas próprias certificadoras, e, assim sendo, alterações podem ocorrer à medida que se amplia o conhecimento, a partir da aquisição de novas informações.

A reserva de gás estimada está apresentada conforme abaixo:

	Reserva <u>total campo</u> MMm ³ (não auditado)
Reserva provada estimada em 30/06/2013 (*)	<u>10.827</u>

(*) Baseado em estimativas dos engenheiros de petróleo da Companhia.

A reserva provada foi estimada a partir da reserva certificada em 2012 por peritos especialistas e deduzidas das produções mensais até o referido período.

d) Garantias

Em 30 de junho de 2013, o Grupo possui garantias, através de seguro garantia, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e B combustíveis - ANP no total de R\$95.419. Essas garantias compreendem os objetos de Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração no montante de R\$29.302, edital de licitação da 11ª rodada de licitação no montante de R\$ 2.289 e operação de desativação do sistema de produção antecipada no Campo de Atlanta (BS-4) no montante de R\$ 63.828.

20. COMPROMISSOS

Em 30 de junho de 2013 o Grupo, possuía contratado junto aos fornecedores que envolvem prestação de serviços de consultoria técnica, fornecimento de materiais e fornecimento e operação de equipamentos com vencimentos diversos para campanha exploratória em um montante de aproximadamente R\$188.724 (*) que serão desembolsados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(*) Este montante representa a participação da QGEP nos consórcios constituídos.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os instrumentos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, caixa restrito, contas a receber, fornecedores e partes relacionadas.

A Companhia possui opções de compra e NDF (Non deliverable forward) em 30 de junho de 2013, conforme demonstrado abaixo.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

b) Categoria dos instrumentos financeiros

	30/06/2013			
	Controladora		Consolidado	
	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>Justo</u>	Valor <u>contábil</u>	Valor <u>justo</u>
<u>Ativos financeiros</u>				
Mantidos até o vencimento				
Caixa restrito (i)	-	-	23.669	23.669
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e depósitos bancários / CDB's e debentures	1.622	1.622	167.414	167.414
Contas a receber (ii)	-	-	102.969	102.969
Instrumentos financeiros	-	-	640	640
Valor justo por meio do resultado				
Equivalente de caixa (iii)	-	-	407.576	407.576
Aplicações financeiras (iii)	-	-	478.992	478.992
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores (ii)	84	84	86.889	86.889
Instrumentos financeiros	-	-	156	156
Partes relacionadas	-	-	121	121

O CPC 46 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os “inputs” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os “inputs” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “inputs” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “inputs” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Os valores de mercado (“valor justo”) estimados pela Administração foram determinados pelo nível 2:

- (i) Saldo mensurado ao custo amortizado, conforme Nota explicativa 2.19.
- (ii) Os valores relacionados aos saldos de contas a receber e fornecedores não possuem diferenças significativas ao seu valor justo devido ao giro de recebimento/pagamento destes saldos não ultrapassar 60 dias.
- (iii) As mensurações de valor justo são obtidas por meio de variáveis observáveis diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

c) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, créditos aprovados para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Controladora	
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	<u>84</u>	<u>84</u>
Total	<u>84</u>	<u>84</u>

	Consolidado	
	Até 1 ano	Total
Fornecedores	86.889	86.889
Instrumentos financeiros	156	156
Partes relacionadas	<u>121</u>	<u>121</u>
Total	<u>87.166</u>	<u>87.166</u>

d) Risco de crédito

O risco de crédito é minimizado pelo fato das vendas da Companhia serem realizadas basicamente a Petrobras (95,8% em 30 de junho de 2013 e 96,3% em 30 de junho de 2012). A Administração entende que a concentração de negócios, pelo fato da maior parte das transações ser com apenas um cliente, a Petrobras, representa um risco de crédito insignificante tendo em vista que a Petrobras é avaliada pelas agências de *rating* como *Investment Grade*, é controlada pelo Governo Federal e historicamente não possui inadimplência ou atrasos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foi registrada perda com créditos junto ao cliente Petrobras, nem no período findo em 30 de junho de 2013.

e) Risco de taxa de juros

A Companhia utiliza recursos captados na oferta pública inicial de ações e gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. As aplicações financeiras são substancialmente atreladas à taxa de juros CDI pós-fixada.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30/06/2013</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - Deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva em 30 de junho de 2013			7,72%	7,72%	7,72%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras efetivo	886.568	Redução do CDI	886.568	886.568	886.568
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2013			8,25%	6,19%	4,13%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras - estimado		Redução do CDI	959.710	939.916	920.122
Receita estimada para o período de 12 meses subsequentes			73.142	53.348	33.554
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subsequentes:				(19.794)	(39.588)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 26 de julho de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

(b)

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 30/06/2013</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (a)</u>	<u>Cenário I - deterioração de 25%</u>	<u>Cenário II - deterioração de 50%</u>
Taxa efetiva em 30 de junho de 2013			7,72%	7,72%	7,72%
Caixa restrito:	23.669				
Fundo da provisão de abandono		Redução do CDI	23.669	23.669	23.669
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2013			8,25%	6,19%	4,13%
Caixa restrito:					
Fundo da provisão de abandono		Redução do CDI	25.622	25.093	24.565
Receita estimada para o período de 12 meses subsequentes			1.953	1.424	896
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subsequentes:				(528)	(1.057)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 26 de julho de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

f) Risco de taxa de câmbio

Esses riscos são basicamente provenientes do aumento das taxas de câmbio sobre as transações indicadas em moeda estrangeira.

Seguindo a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, que tem o objetivo de mitigar a exposição da QGEPP à riscos não inerentes a atividade de Exploração e Produção de Óleo e Gás, a Administração optou por proteger parte do valor a pagar em reais na aquisição de dados sísmicos e na contratação da sonda para perfuração do poço 1-QG-5A-BAS localizado no Bloco BM-J-2, indexado ao dólar, utilizando instrumentos derivativos. Os instrumentos não especulativos contratados para aquisição foram opção de compra de ações (*call option*) e NDFs (*Non Deliverable Fowards*), cujos termos e disposições aplicáveis são os seguintes:

Operação de Call option :

Data da Negociação:	2 de agosto de 2012 14 de junho de 2013
Moeda de Referência:	USD
Vendedor da Opção de Moeda:	Banco Itaú BBA S.A.
Estilo de Opção de Moeda:	Européia
Tipo de Opção de Moeda:	Opção de Compra de USD
Valor Ncional da Moeda de Referência:	USD601 USD1.080
Preço de Exercício:	2,27R\$/USD 2,23R\$/USD
Data de Vencimento:	28 de agosto de 2013 31 de outubro de 2013
Data de Exercício:	28 de agosto de 2013 31 de outubro de 2013
Data de Liquidação:	28 de agosto de 2013 31 de outubro de 2013
Prêmio:	R\$55 R\$64
Data do Pagamento de Prêmio:	2 de agosto de 2012 14 de junho de 2013

Operação de NDF:

Vendedor da Opção de Moeda:	Banco Itaú BBA S.A.
Data efetiva:	23 de maio de 2013
Vencimento:	30 de agosto de 2013
Valor ncional:	USD900
Taxa de câmbio a termo:	R\$/USD 2,085500

Vendedor da Opção de Moeda:	Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.
Data efetiva:	22 de maio de 2013 27 de maio de 2013
Vencimento:	31 de julho de 2013 30 de setembro de 2013
Valor nominal:	USD930 USD930
Taxa de câmbio a termo:	R\$/USD 2,0625 R\$/USD 2,1025

Operação de termo de moeda	Taxa	30 de junho de 2013	
		Valor nominal	Valor justo
		R\$	R\$
Call Option	USD	3.724	205 (a)
NDFs	USD	6.115	279 (b)

(a) O valor justo está contabilizado na conta de Outros (ativo circulante). No período findo em 30 de junho de 2013 o efeito devedor no resultado foi de R\$122.

(b) Corresponde ao ajuste líquido do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. Os ativos e passivos referentes aos valores justos estão contabilizados nas contas de outros ativos circulantes e outros passivos circulantes e o efeito líquido está registrado como resultado financeiro no resultado do período no montante de R\$435.

Análise de sensibilidade para a taxa de câmbio

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia e transações indexadas em dólar norte - americano.

	Risco	Consolidado			
		30/06/2013			
		Cenário provável (a)		Cenário	
		Saldo em USD	Saldo em R\$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 30 de junho de 2013			2,2156	2,2156	2,2156
<u>Operação</u>					
Provisão para abandono	Alta do US\$	49.175	108.952	108.952	108.952
Call option	Alta do US\$	1.681	3.724	3.724	3.724
NDF	Alta do US\$	2.760	6.115	6.115	6.115
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2013			2,14	2,68	3,21
Provisão para abandono	Alta do US\$	49.175	105.235	131.543	157.852
Call option	Alta do US\$	1.681	3.597	4.497	5.396
NDF	Alta do US\$	2.760	5.906	7.383	8.860
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real:					
Resultado estimado para o período de 12 meses subsequentes			4.053	(28.685)	(57.369)
Efeito estimado no resultado financeiro para o período de 12 meses subsequentes			-	(32.738)	(61.422)

(a) Cenário provável da taxa de câmbio (US\$) para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013, de acordo com o relatório Focus em 26 de julho de 2013, emitido pelo Banco Central do Brasil.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

i. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") de 17 de janeiro de 2011 foi deliberado o desdobramento de cada ação ordinária em 3 (três) ações ordinárias e com isso, o número de ações ordinárias emitidos ficou em 186.065.886, naquela data.

Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 7 de fevereiro de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$1.317.460 passando dos atuais R\$620.417 para R\$1.937.877 mediante a emissão de 69.340.017 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública primária realizada no Brasil nesta mesma data, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003.

Em RCA realizada em 2 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$197.619 passando dos atuais R\$1.937.877 para R\$2.135.496 mediante a emissão de 10.401.002 ações ordinárias todas nominativas escriturais e sem valor nominal que foram objeto de distribuição pública nas mesmas condições e no mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício da opção de distribuição de um lote suplementar de ações pelo BTG Pactual, de acordo com as disposições do Contrato de Distribuição e Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da QGEF Participações S.A. ("Prospecto Definitivo").

O capital social integralizado da Companhia em 30 de junho de 2013 é de R\$2.078.116, dividido em 265.806.905 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, líquido do montante de R\$57.380 dos custos com emissão de ações. A composição do capital social realizado em 30 de junho de 2013 é a seguinte:

Acionista	Nº de ações ordinárias	% de participação
Queiroz Galvão S.A.	167.459.291	63,0
FIP Quantum	18.606.588	7,0
Ações em circulação	73.882.938	27,8
Ações em tesouraria	5.520.856	2,1
Administradores	<u>337.232</u>	<u>0,1</u>
Total	<u>265.806.905</u>	<u>100</u>

ii. Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo do lucro por ação diluído é computado incluindo-se, quando aplicável, as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria quando o efeito é dilutivo.

Os instrumentos de participação que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>01/04/2013 a 30/06/2013</u>	<u>01/01/2013 a 30/06/2013</u>	<u>01/04/2012 a 30/06/2012</u>	<u>01/01/2012 a 30/06/2012</u>
Numerador:				
(Prejuízo) lucro líquido do período	30.147	95.872	(96.055)	(26.810)
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>262.179</u>	<u>262.179</u>	<u>265.605</u>	<u>265.605</u>
Resultado básico e diluído por ação ordinária	<u>0,11</u>	<u>0,37</u>	<u>(0,36)</u>	<u>(0,10)</u>

O resultado básico e diluído por ação ordinária é o mesmo uma vez que em 30 de junho de 2013 as opções de ações estão *out of money*, e, portanto, não impactam o cálculo do resultado diluído por ação.

iii. Plano de outorga de opções de compra de ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas de 2013, 2012 e 2011, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo estes Planos de 2013, 2012 e de 2011 poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo binomial de precificação no montante de R\$4,11 para o Plano de 2013, R\$5,31 e R\$3,87 para os Planos de 2012 e R\$9,87 para o Plano de 2011.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação estão relacionadas a seguir:

	<u>Planos de opções de compra de ações 14/03/2013</u>	<u>Planos de opções de compra de ações 29/05/2012</u>	<u>Planos de opções de compra de ações 26/03/2012</u>	<u>Planos de opções de compra de ações 29/04/2011</u>
Data da reunião do Conselho de Administração	11/03/2013	28/05/2012	23/03/2012	29/04/2011
Total de opções concedidas	2.307.096	550.000	1.941.517	1.097.439
Preço de exercício da opção	R\$12,83	R\$12,81	R\$14,17	R\$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R\$4,11	R\$3,87	R\$5,31	R\$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	43,92%	49,88%	53,24%	59,24%
Dividendo esperado	1,89%	1,93%	1,93%	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	3,81%	4,06%	4,69%	6,36%
Duração da opção (em anos)	7	7	7	7

A movimentação das opções de ações existentes em 30 de junho de 2013 está apresentada a seguir:

	Opções de ações	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	-	-
Concedidas no período - 29/04/2011	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	<u>1.097.439</u>	<u>19,00</u>
Concedidas no período - 26/03/2012	1.941.517	14,17
Concedidas no período - 28/05/2012	<u>550.000</u>	<u>12,81</u>
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>15,33</u>
Concedidas no período - 11/03/2013	<u>2.307.096</u>	<u>12,83</u>
Opções em circulação em 30 de junho de 2013	<u>5.896.052</u>	<u>14,70</u>

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 30 de junho de 2013 estão sumariadas abaixo:

Plano	Opções em circulação			Opções exercíveis	
	Opções em circulação em jun/2013	Maturidade remanescente media em anos	Preço de exercício	Opções exercíveis em jun/2013	Preço de exercício médio (*)
Plano 2013	2.307.096	7	12,83	-	-
Plano 2012 - 2ª outorga	550.000	7	12,81	110.000	12,81
Plano 2012 - 1ª outorga	1.941.517	7	14,17	388.303	14,17
Plano 2011	1.097.439	7	19,00	548.720	19,00

(*) Atualizado anualmente pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor ("INPC").

Para o período findo em 30 de junho de 2013, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$5.351, sendo R\$1.372 do plano de 2011, R\$2.120 da 1ª outorga do plano de 2012, R\$514 da 2ª outorga do plano de 2012, e R\$1.345 da outorga do plano de 2013, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

23. AÇÕES EM TESOURARIA

Em abril de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 1.097.439 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2012. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 24 de abril de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em julho de 2012, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 2.699.826 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2011.

O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 09 de julho de 2012, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em maio de 2013, a Companhia autorizou o programa de recompra de até 2.307.096 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2013. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 06 de maio de 2013, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	<u>Ações ordinárias (*)</u>	<u>Valor - R\$ mil</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-
Movimentação do período		
Outorga de opção de compra de ações 2011	1.097.439	9.107
Outorga de opção de compra de ações 2012	<u>2.491.517</u>	<u>29.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>3.588.956</u>	<u>38.899</u>
Outorga de opção de compra de ações 2013	<u>1.931.900</u>	<u>21.544</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>5.520.856</u>	<u>60.443</u>

(*) Quantidade de ações

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	<u>30/06/2013</u>
Médio	11,21
Mínimo	7,88
Máximo	13,39

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do período era o seguinte:

	<u>30/06/2013</u>
	<u>Ordinárias</u>
Quantidade de ações em tesouraria	5.520.856
Cotação por ação na BM&FBOVESPA (R\$)	<u>11,10</u>
Valor de mercado (R\$ mil)	<u>61.282</u>

A quantidade de ações em tesouraria representa 2,08% do total de ações ordinárias em poder da Companhia em 30 de junho de 2013.

24. SEGUROS

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Importâncias seguradas Jun-13</u>
Responsabilidade civil geral	21/01/2014	315.479
Riscos de petróleo e operacionais	21/01/2014	<u>1.249.210</u>
Total		<u>1.564.689</u>

Os seguros foram renovados em 2013, com o vencimento das novas apólices para 21 de janeiro de 2014.

25. PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A QGEF, controlada direta, possui um plano de previdência privada, por adesão, sendo elegíveis todos os funcionários e administradores. Trata-se de um plano com contribuição definida, com valor até 12% do salário mensal por parte do funcionário, e contrapartida de até 6,5% por parte da empresa, conforme nível hierárquico. O plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência com dois tipos de regime, progressivo e regressivo. Quando os empregados deixam o plano antes do término do pagamento das contribuições, as contribuições a serem pagas são reduzidas ao valor já pago pela Companhia. A única obrigação da Companhia em relação ao plano de aposentadoria é fazer as contribuições específicas.

A despesa total de R\$509 em 30 de junho de 2013 (R\$176 em 30 de junho de 2012), reconhecida na demonstração do resultado consolidada, refere-se a contribuições pagas conforme alíquotas especificadas pelas regras desse plano.

26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Fornecedores e imobilizado	44.978	-
Plano de opções de ações	5.351	4.034
Recompra de ações	8.058	-
Antecipação IR e CS - PERDCOMP	<u>6.337</u>	-
Total	<u>64.724</u>	<u>4.034</u>

27. SAZONALIDADE

A atividade de exploração e produção da Companhia não sofre efeitos de sazonalidade ao longo do período, exceto em áreas exploratórias que apresentam restrições ambientais em determinados períodos do ano.

28. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras trimestrais foram aprovadas e autorizadas para arquivamento junto a CVM pelo Conselho de Administração em 5 de agosto de 2013.

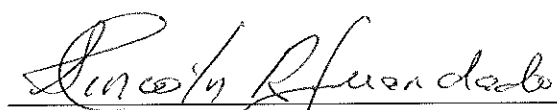
29. EVENTOS SUBSEQUENTES

- (i) Em 1º de julho de 2013 a Companhia comprou um volume de 188.419 ações no montante total de R\$2.056, conforme autorizado em Reunião do Conselho de Administração datada de 06 de maio de 2013. A Companhia autorizou o programa de recompra de até 2.307.096 ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas à implementação do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações em 2013. O prazo máximo do programa de recompra é de 365 dias a contar do dia 06 de maio de 2013, data de aprovação do Plano de Recompra de Ações pelo Conselho de Administração da Companhia.
 - (ii) No dia 22 de julho de 2013, a Companhia transferiu para as empresas Statoil Brasil e Total, operadores dos Blocos ES-M-598, ES-M-673 e CE-M-661, respectivamente, o montante de R\$36.860 para o pagamento do bônus de assinatura referente à aquisição de participação nos 3 blocos, descritos acima, do total de 8 blocos adquiridos na 11ª rodada de licitação (Nota explicativa 19).
-

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO V DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) referentes às demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2013.

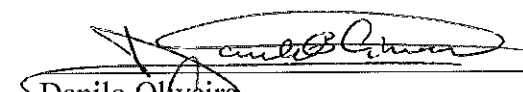
Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2013.



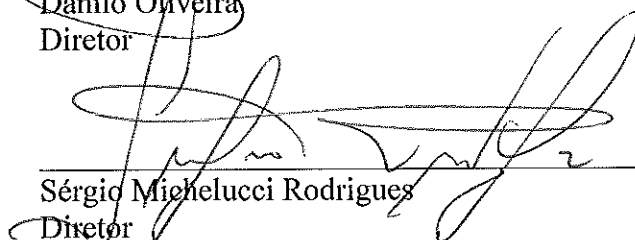
Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente



Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretora Financeira e de Relações com Investidores



Danilo Oliveira
Diretor



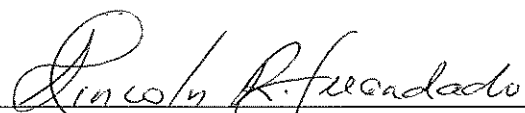
Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor



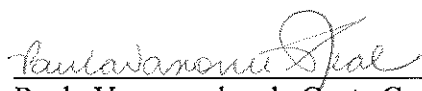
DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25, INCISO VI DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da QGEP PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 1301 (parte), Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.669.021/0001-10 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º artigo 25 da Instrução Normativa nº480, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2013 e 30 de junho de 2013.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2013.



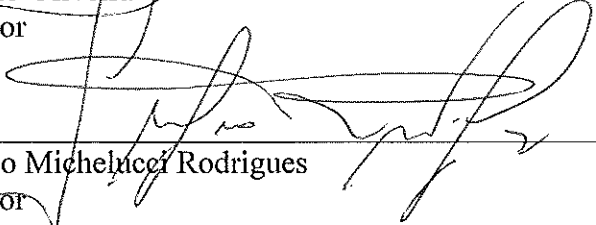
Lincoln Rumenos Guardado
Diretor Presidente



Paula Vasconcelos da Costa Corte-Real
Diretora Financeira e de Relações com Investidores



Danilo Oliveira
Diretor



Sérgio Michelucci Rodrigues
Diretor

